

O IMPULSO À ANÁLISE ESPACIAL A PARTIR DO TRABALHO DE FRED SCHAEFER “EXCEPCIONALISMO EM GEOGRAFIA: UM ESTUDO METODOLÓGICO” (1953): QUESTÕES CONTEXTUAIS E TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Maria Soares da CUNHA¹

Maria Geane Bezerra da SILVA²

RESUMO

O presente ensaio³ explora as principais concepções e aspectos metodológicos que nortearam o "movimento teórico em geografia", impulsionado pelo trabalho de Fred K. Schaefer na obra “Excepcionalismo em Geografia: um estudo metodológico”, cuja primeira edição foi publicada em 1953. Procura-se, na primeira parte, explicitar o contexto e lógica de uma importante caudal de renovação do pensamento geográfico, representada como afirma Barros (2003), pela emergência e propagação na Geografia das atitudes teóricas denominadas de lógico-positivistas. Na segunda parte, é apresentada uma breve sistematização de duas teorias bastante representativas desse movimento teórico, a Teoria das Localidades Centrais, de Walter Christaller, e a Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos, de Milton Santos. As duas perspectivas marcam uma preocupação com a construção de um modelo teórico explicativo da organização do espaço em dois momentos da história do pensamento geográfico.

Palavras-chave: pensamento geográfico, excepcionalismo, regularidade, modelos de organização espacial.

ABSTRACT

This paper presents the main conceptions and methodological aspects which orientated the “theoretical movement in geography”, impelled by Schaefer in the paper “Excepcionalismo in Geography: a methodological examination”, whose first edition was published in 1953. In the first part it is sought to explain the context and logic of an important flow of renewal of the geographical thought, represented as states Barros (2003), by the emergency and propagation in the Geography of the called theoretical logical positivism attitudes. In the second part, a brief systematization of two quite representative theories of this theoretical movement is showed, the Theory of the Central Places, by Walter Christaller, and the Theory of the Two Circuits of the Urban Economy of the Underdeveloped Countries, from Milton Santos. The two perspectives mark a concern with the construction of an explanatory theoretical model of the organization of the space in two historical moments of the geographical thought.

Key words: geographical thought, excepcionalism, regularity, models of spatial organization.

¹ Doutoranda PPGEO/UFPE; Profa. URCA/CE. E-mail: csmaria@uol.com.br

² Doutoranda PPGEO/UFPE. E-mail: m_geane@yahoo.com.br

³ O artigo reúne as principais idéias sistematizadas para o seminário “Movimento Teórico em Geografia”, desenvolvido em 2005 na disciplina Estudos Avançados em Epistemologia da Geografia, ministrada pelo Prof. Dr. Nilson Crócia de Barros.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Movimento teórico em geografia e análise espacial: o contexto de sua emergência e questões teórico-metodológicas em debate

Conforme Claval (2002), o mundo extremamente urbanizado e industrializado do meio do século XX apresenta aos geógrafos novas questões. São perguntas ligadas a um presente muito amplo, que requer a observação atenta dos processos em andamento e o resgate de tendências. O autor ressalta “As contingências ambientais locais, que desempenhavam uma função tão importante na perspectiva naturalista, desfazem-se então devido ao progresso dos transportes e à nova possibilidade de implantarem-se em qualquer lugar fontes concentradas de energia” (CLAVAL, 2002).

Hagget e Chorley (1974) destacam o volume crescente de material estatístico após a I Guerra Mundial. Reunido pelas organizações internacionais, governos nacionais e administrações estaduais e locais, o potencial “banco de dados” do mundo é estonteante. Era necessário reconhecer que fatos como o mercado em seus comportamentos, a acessibilidade a transportes, eventos políticos eram essenciais para explicar as distribuições geográficas e as paisagens geográficas.

Christofoletti (1985) alerta que a crise econômica de 1929 e a eclosão da Segunda Guerra Mundial marcaram uma nova divisão territorial e social do trabalho, acionada pela difusão de novas culturas, bem como pela industrialização, urbanização e por outras relações espaciais. A economia de mercado se expandiu, os grandes mercados mundiais se diversificaram, ampliando seus domínios territoriais. A cidade moderna tornou-se mais complexa, desempenhando uma variedade de funções. Os elementos localizados no espaço passam a refletir um "conjunto organizado" por decisões e fluxos derivados da atuação humana. A descoberta de novas técnicas de produção tende a destruir aspectos regionais únicos, tornando as características geográficas destas regiões menos explicáveis em termos puramente locais. A gênese de formas espaciais radicalmente diferentes passa a mobilizar o interesse dos pesquisadores, alerta Manzagol (1985).

O valor metodológico da noção de gênero de vida é reconhecido mais para populações homogêneas, sociedades agrárias e localizadas, cujos membros dependem da natureza em graus semelhantes e nas quais as relações homogêneas prevalecem. Todavia, como sinaliza Barros (1993), “[...] para sociedade em que partes apresentavam níveis diversos de integração intra e extra regional, em que dominava a divisão do trabalho, e em que certos elementos tinham um grau de dependência com respeito à natureza, diversos radicalmente de outros elementos, a noção seria inadequada”.

Como ressalta Clark (1985), os clássicos trabalhos dos "[...] geógrafos procuram explicar a distribuição dos povoamentos urbanos em termos de uma análise do sítio e da situação, numa abordagem que produziu classificações minuciosas das posições, mas pouca compreensão dos princípios de localização que estavam envolvidos".

Essas transformações colocam-se como desafios para as ciências, exigindo a discussão dos conceitos, técnicas e pressupostos teórico-metodológicos da geografia.

1.2. O embate Harshorne e Schaefer: geografia regional – geografia sistemática

Segundo Gomes (1995), a obra de Hartshorne (1939) teve grande influência nesse período de grandes transformações, tornando-se referência importante e polêmica nas discussões metodológicas da vertente renovadora da geografia dos anos cinquenta. No livro *The Nature of Geography*, Hartshorne

[...] tenta demonstrar que desde Kant, passando por Humboldt e por Ritter, a geografia teria se caracterizado por ser o estudo das diferenças regionais. Este é, pois, o traço distintivo que marca a natureza da geografia e a ele devemos nos ater. O método regional, ou seja, o ponto de vista da geografia, de procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais, é a particularidade que identifica e diferencia a geografia das demais ciências. (GOMES, 1995)

Hartshorne, baseando-se na classificação das ciências para Kant, indica uma “[...] separação entre as ciências sistemáticas de um lado e de outro – a Geografia e a História” (GOMES, 1995). As primeiras vinculam-se mais ao modelo de ciências nomotéticas, que procuram nos fatos aquilo que é regular, geral e comum. Seguindo a orientação de Hettner, influente geógrafo alemão de formação filosófica neo-kantista, Hartshorne considera que a Geografia não pode se comparar às ciências naturais, identificando-se mais com o modelo idiográfico, por tratar de fenômenos únicos, não repetitivos. Gomes (1995) considera que o referido autor reconhece que todas as disciplinas devem adotar os dois procedimentos, nomotético e idiográfico. Entretanto, considerando o fato de uma grande parte dos fenômenos observados pela geografia possuir um caráter singular e uma localização única, “[...] Hartshorne termina por afirmar a excelência do método regional, das singularidades e dando um lugar de destaque ao único na geografia”.

Grande parte do trabalho de Schaefer (1977) se volta ao questionamento do excepcionalismo, ou seja, o tratamento de fenômenos únicos, singulares e não repetitivos,

enquanto cerne do estudo geográfico. Para este autor, a geografia descritiva, regional, corográfica é pré-científica, por não permitir a identificação de regularidades nas relações espaciais (BARROS, 1993; GOMES, 1995). A ciência procura estabelecer afirmações gerais para eventos e processos repetitivos (HAGGET e CHORLEY, 1974). Na sua concepção, os geógrafos devem abandonar as preocupações idiográficas, que não estariam na mesma categoria da ciência explicativa, “[...] a qual acentua a procura de leis e a unidade metodológica de toda a pesquisa” (SCHAEFER, 1977).

Schaefer (1977, p.21) relaciona diretamente o método idiográfico ao historicismo:

O argumento do caráter único do material geográfico emana, tanto histórica quanto logicamente, do historicismo. O principal protagonista dessa linha de pensamento na América é Hartshorne. Portanto, é fácil compreender a razão pela qual ele tanto enaltece o antigo paralelismo Kantiano entre história e a geografia. Se a história, segundo o historicista, considera eventos únicos, e se a geografia é análoga à história, então a geografia também considera casos únicos, e terá de tentar “compreender” leis, ao em vez de procurá-las.

Para Haesbaert e Haesbaert (1990), o trabalho de Schaefer marca de certa forma “[...] uma divisão ao condenar a priorização do ‘excepcional’ em detrimento do geral, da teoria”, e uma predominância de posições mais racionalistas em relação a pontos de vista mais empiristas⁴. Ao tratar de trabalhos que lidaram com vastas áreas na chamada geografia comparativa, Schaefer (1977) alerta que “Se várias dessas áreas, divergindo em muitos aspectos, como é natural em se tratando de grandes áreas, também apresentarem algumas semelhanças marcantes, seria realmente razoável considerar essas semelhanças como indicativas de certos padrões básicos”. O autor valoriza a busca da previsibilidade, das regularidades e a adoção de princípios sistemáticos na execução de pesquisas,

Nas ciências físicas [...] se dois objetos ou duas situações, não importam as suas diferenças em outros aspectos, se assemelham em relação a essa variáveis, ou índices, então os seus futuros, com respeito a esses índices, serão iguais e previsíveis.

[...] o que fazem os cientistas é o seguinte: Aplicam, em conjunto, a cada situação concreta todas as leis que envolvem as variáveis que acreditam ser

⁴ Parece ocorrer um desenvolvimento de alguma forma “cíclico”, não só na disciplina geográfica como nas demais ciências sociais, e talvez na própria filosofia: a períodos (sic) de predominância (nunca domínio irrestrito) de posições mais empiristas se sucederiam períodos de maior imposição de pontos de vista racionalistas, como se um realimentasse o outro, reunindo num processo contínuo, mas desigual, os empirismos e os racionalismos (HAESBAERT, 1990).

relevantes [...] os geógrafos urbanos já conhecem alguns princípios sistemáticos que, aplicados em conjunto ao caso do porto de Nova York, explicam bastante, mas não tudo, de sua estrutura e de suas funções (SCHAEFER, 1977).

Hagget e Chorley (1974) afirmam: “[...] é que se descobriu ser intelectualmente mais lucrativo, satisfatório e produtivo observar os fenômenos do mundo real em termos de suas ‘características de conjunto’ em vez de concentrar a atenção sobre as divergências de uma para outra”. Para os referidos autores, a busca de padrões relevantes e de ordem nas informações é o que possibilita o desenvolvimento científico.

O trabalho de Shaefer (1977) é influenciado pelos procedimentos metodológicos do chamado positivismo lógico (Círculo de Viena) em uso na Economia Espacial. A Universidade de Washington em meados dos anos 50 desempenhou um relevante papel na difusão das idéias do campo das pesquisas teóricas em geografia, movimento que também foi denominado de Nova Geografia ou Geografia Quantitativa. Brian Berry (1978), Richard Morrill (1965), William Bunge (1962) são alguns intelectuais importantes nesse processo, entre outros, de acordo com Christofletti (1985)⁵.

Conforme Christofletti (1985), a Nova Geografia é nomotética, pois “[...] salienta a generalização, procurando oferecer enunciados que caracterizem e expliquem o funcionamento dos fenômenos, independentes do tempo e do espaço, e favorecendo a aplicação de leis e modelos”. Segundo Claval (2002), “Diferentemente das concepções naturalistas da geografia, o enfoque funcionalista não se inscreve numa perspectiva evolucionista”, como adverte Barros (1993).

A análise espacial colidiu, em diversos pontos do seu programa para a geografia, com procedimentos e atitudes consagradas neste campo do saber, tais como o historicismo, e a focalização centrada nas diversidades ambientais e seus significados para as populações ou sociedades-habitantes. E, associadamente a isto, a proposta da geografia como estudo das relações espaciais intentava superar a timidez da geografia no caminho da descoberta das regularidades na ordem espacial dos fenômenos.

Através de um novo referencial teórico-metodológico, a Nova Geografia ataca o caráter não-prático da Geografia Clássica e busca uma nova forma de interferir na

⁵ Dentre as contribuições dessa perspectiva lógico-positivista, Christofletti (1985) destaca as obras de Chorley e Kenedy (1971) no campo da Geografia Física; de Berry e Horton (1970) na Geografia Urbana; de Taffe e Gauthier (1973) e Hurst (1974) na área de Geografia dos Transportes, Gregor (1970), Morgan & Munton (1971) e Found (1971) no campo da Geografia Agrária; as obras de Hägerstrand (1953,1966), Gould (1969); Brown e Moore (1969) sobre a difusão espacial, entre outras.

organização do espaço. Por isso, o espaço geográfico do novo paradigma torna-se uma construção do pesquisador, que não destaca muito os fatores físicos, mas que funciona como elemento de informação, previsão e atuação sobre a realidade. Os estudos abandonam o conceito de causalidade e a descrição exaustiva, adotando a idéia de correlação entre os fatores sócio-econômicos e elaborando leis que explicam a sua melhor distribuição.

O uso de modelos transformou-se no instrumento de significativa importância na análise da organização espacial, funcionando como uma nova linguagem do trabalho geográfico e retratando a expansão econômica de aglomerações urbanas e rurais. O trabalho de campo, a análise de cartas e o uso de fotos passaram a ser utilizados com a finalidade de testar as hipóteses e a viabilidade dos modelos. Segundo Hagget e Chorley (1974), os modelos são simuladores de situações concretas, dotados de certo peso explicativo. O espaço passou a ser pensado em função de metas racionais de identificação e verificação de hipóteses de relações entre variáveis que possam demonstrar tendências (BARROS, 2003).

Para Barros (2003) “A idéia, a teoria, os essenciais, teriam valor em si e transcendentem às circunstâncias; portanto, há, como o próprio nome em geografia teórica sugere, um primado da subjetividade teórica que colidia com o primado do materialismo descritivo e historicista da geografia corográfica e regional.” Haesbaert e Haesbaert (1990) adverte

O método hipotético-dedutivo adotado sobrepõe a hipótese (a teoria) ao empírico, estabelecendo-a como ponto de partida (e de chegada!) no processo de conhecimento. [...] ou seja, a ‘realidade’ objetiva é de alguma forma obrigada a se encaixar em nossos conceitos, em nossa ‘teoria’ previamente idealizada. A grande ambigüidade é que a lógica fundamentada na idealização (subjetiva) dos pesquisadores se pretendia a mais objetiva possível.

Mas o mesmo autor, também revela a contribuição das idéias derivadas dos pressupostos filosóficos do positivismo lógico ou da lógica formal. Os trabalhos trazem à tona a questão do racionalismo, da conceitualização, constituindo um momento importante do debate epistemológico⁶.

⁶ Na geografia, podemos sintetizar a contribuição comum, tanto do neopositivismo quanto do marxismo, no fato de terem trazido à tona, com muito mais consistência, o debate sobre a racionalidade, a conceitualização, distintamente enfrentadas pelas duas correntes, mas defendida com ímpeto semelhante (HAESBAERT, 1990).

A teoria derivada dos modelos da "revolução teórica e quantitativa da Geografia" evidencia que o espaço não é homogêneo e possui funcionalidades sociais e econômicas. A distância é um elemento fundamental para a localização espacial das atividades, pessoas e funções. Claval (2002) afirma que o ponto de vista funcionalista estuda como os grupos humanos “[...] conseguem se estruturar organizando o espaço para vencer o obstáculo da distância”. Gomes (1995) ressalta que a “[...] a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas sim das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado”.

No movimento teórico da geografia, o papel da cidade como centro de organização do espaço é valorizado. A parte seguinte apresenta duas teorias que têm em comum a preocupação em elaborar um modelo teórico explicativo da organização espacial: a Teoria das Localidades Centrais, de Walter Christaller e a Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos, de Milton Santos.

1.3. Teoria das Localidades Centrais e Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos: contribuições e impasses

O limite de páginas não permite explicitar detalhadamente todas as circunstâncias de formulação das duas teorias, por isso procura-se esclarecer a contribuição teórica dos dois autores, chamando atenção para as ligações entre a geografia e a economia e, nesta relação, as diferenças de pensamento de cada um dos autores: Walter Christaller (1933)⁷ e Milton Santos (2004)⁸.

1.4. A Teoria das Localidades Centrais, de Walter Christaller

A temática referente à economia espacial foi tratada em diferentes momentos pela geografia, no âmbito teórico e aplicada ao planejamento. No âmbito da geografia uma das possibilidades de compreensão do espaço, numa perspectiva geral, é encará-lo do ponto de vista da localização dos objetos e das pessoas. É certo que tudo ocupa um lugar no espaço, e isto implica em distância, percebida em diferentes perspectivas. Uma delas é que a distância pode significar condição de vida em função do entendimento que se tem dos deslocamentos em busca de abrigo ou de bens necessários à sobrevivência.

⁷ A obra de Walter Christaller foi publicada originalmente em 1933 com o seguinte título: Die Zentrale orte in Süddeutschland, Jena, 1933. A tradução inglesa é de C.W.Baskin, em 1966.

⁸ A primeira edição da obra de Milton Santos “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos” foi publicada em 1979 pela Editora Francisco Alves.

Walter Christaller, um geógrafo alemão, estava preocupado em estabelecer laços entre a geografia e a economia, para explicar a organização espacial dos assentamentos humanos. Para ele, as cidades exerciam um poder de atração entre os consumidores do seu entorno, conforme os custos dos seus deslocamentos. Esta observação suscitou-lhe vontade de medir esse grau de atração, relacionando-o ao número de funções que, dependendo da quantidade e da importância, a cidade era capaz de oferecer. Isto explicava porque umas eram mais importantes que outras e confirmava o conceito de diferenciação⁹.

Christaller se perguntava, existiriam leis capazes de “[...] determinar o número, o tamanho e a distribuição das cidades?” (MENDOZA, 1988). Deveria haver um princípio regulador dessa distribuição. As cidades não podem estar fixadas no espaço de modo aleatório. Quem sabe existiria uma ordem geral, um padrão, no sistema de povoamento que observava no Sul da Alemanha. Ele apostava que havia um princípio regulador da distribuição das cidades, que ainda não fora reconhecido. Então, como dar visibilidade a esse princípio ordenador e como dar uma explicação geral para o fenômeno (Ibidem.). Talvez esses assentamentos estivessem organizados corporificando uma realidade econômica em transformação. Esta suposição tinha raiz na interação prevista existente entre os núcleos urbanos e suas áreas de influência. Neste caso, a investigação puramente geográfica talvez não pudesse fornecer a explicação geral¹⁰, a investigação histórica poderia? E a estatística, seria capaz?

Christaller descarta todas essas possibilidades como insuficientes para propor leis gerais até chegar ao entendimento de que é a atividade humana, encontrando em determinado lugar o seu meio de vida, determinante para o nascimento, desenvolvimento e decadência das cidades. (MENDOZA, 1988). Faz, então, uma revisão bibliográfica e encontra em Kohl uma tentativa, em Retner um reconhecimento do trabalho de Kohl, mas nada o satisfaz. Decide, então, percorrer um “caminho novo” para descobrir os efeitos espaciais das leis e regras econômicas sobre a geografia dos assentamentos, na linha de

⁹ Segundo Corrêa (1997 *apud* Sposito, 2004), é na Nova Geografia que o espaço aparece como conceito-chave da disciplina, com os trabalhos de Schaefer (1953), de Ullman (1954) e de Watson (1955), ganhando duas conotações: a de planície isotrópica e de sua representação matricial. A planície isotrópica partia da homogeneidade do espaço e tinha como consequência a sua diferenciação expressando um ‘equilíbrio’ espacial. Mais tarde, o movimento subsequente denominado Geografia Crítica, de inspiração marxista, vai argumentar que “a diferenciação do espaço se deve, principalmente, à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista que produz e distingue espacialmente possuidores e despossuídos, rechaçando qualquer outra noção ou conceito como produto ideológico” (SPOSITO, 2004).

¹⁰ Neste caso, ele estava se referindo aos estudos geográficos que privilegiam as condições topográficas favoráveis para a localização de uma cidade. Nesta perspectiva ele argumentava que não se leva em conta que existem inúmeras localizações, igualmente favoráveis, onde não se levantam cidades, assim como existem cidades edificadas em lugares não tão propícios (MENDOZA, 1988).

trabalhos já traçados por Von Thunen (situações agrárias), Alfred Weber (situações industriais) e Engländer (dependência dos preços em relação à distância dos mercados). Assim, conclui que os fatores econômicos são decisivos para a existência de cidades, que elas ocupam um lugar no espaço. Pensando assim, deduz que existem leis econômicas que determinam a vida econômica, e leis econômico-geográficas que determinam o tamanho, o número e a distribuição dos assentamentos. Daí, ele parte para a elaboração dos seus pressupostos.

Verifica-se, até aqui, uma tentativa de rompimento com a geografia clássica. Christaller coloca a geografia dos assentamentos no âmbito das ciências sociais, argumentando que se a geografia fosse uma ciência natural não caberia nenhuma dúvida sobre a existência de leis já que todo fenômeno natural se baseia em leis naturais. Verifica-se, também, a evidência da escolha do método hipotético-dedutivo já que ele tinha em mente subordinar os dados empíricos à teoria, encontrando leis claras e gerais, por meio de hipóteses.

1.5. Pressupostos e objeções

Christaller optou por simplificar a realidade. Na verdade ele partiu para a construção de um modelo ideal - objetivo de toda teoria, segundo Raffestin (1993), “[...] uma modalidade que permite uma formulação facilitada de uma realidade complexa”. A teoria das localidades centrais, de acordo com Bradford e Kent (1987), postula a existência de: uma planície uniforme e sem limites, com mobilidade total e custo de transporte proporcional à distância; população igualmente distribuída por toda parte; lugares centrais distribuidores de bens e serviços; consumidores deslocando-se ao lugar central mais próximo; fornecedores de bens e serviços agindo como homens econômicos, quer dizer, visam o maior lucro e o maior mercado possível, implicando em distância equilibrada uns dos outros; uma distância entre o fornecedor e o consumidor que não pode ser maior que aquela que ele está disposto a pagar; lugares centrais que oferecendo muitas funções – centros de ordem superior, e outros oferecendo menor número – centros de ordem inferior, e consumidores que têm o mesmo rendimento e a mesma procura de bens e serviços.

Ainda nos apoiando em Bradford e Kent (1987), destacamos os dois conceitos fundamentais, subjacentes à teoria: o alcance ou o raio de ação e o limiar mínimo de um bem. O alcance ou o raio de ação de um bem está diretamente relacionado à distância que o consumidor aceita percorrer em busca de um bem ou serviço, significando a máxima dimensão potencial da área de mercado. Esta é a soma total da procura dos consumidores

de determinada área. Ultrapassando essa área os consumidores se deslocarão para centros mais próximos. Se não agirem assim, os consumidores comprarão menos, considerando o custo do transporte. Já quem mora no próprio lugar central usufrui a proximidade podendo adquirir bens e serviços em maior quantidade. O alcance espacial mínimo, por sua vez, se refere à área em torno de um lugar central onde existe um número mínimo de consumidores suficientes para sustentar a venda lucrativa de um bem.

Entendendo essa proposição metodológica, Sposito (2004) cita Corrêa (1997) para explicar os aspectos básicos da teoria, tendo em vista a natureza da hierarquia urbana, quais sejam: - 'maior o nível hierárquico de uma localidade central, menor o seu número e mais distanciada está ela de uma outra de mesmo nível; - 'maior o nível hierárquico de um centro, maior a sua hinterlândia e maior o total da sua população atendida; - 'mais alto o nível hierárquico, o número de funções centrais é maior do que em um centro de nível inferior' (CORRÊA, 1989 *apud* SPOSITO, 2004).

Para Christaller, os arranjos espaciais se dão segundo seus modos de organização em rede: os arranjos resultantes baseiam-se nos princípios de *mercado* ("para cada centro de um dado nível hierárquico, três centros de nível imediatamente inferior"); de transporte "existe uma minimização do número de vias de circulação", pois "os principais centros alinham-se ao longo de poucas rotas"; e o de administração, não havendo neste caso "superposição de áreas de influência, como ocorre nos dois modelos anteriores" (CORRÊA, 1989 *apud* SPOSITO, 2004).

As principais objeções à teoria podem ser resumidas em críticas à supervalorização de parâmetros econômicos em detrimento da consideração de outras dimensões espaciais, bem como aos pressupostos que elegem a variável distância como o elemento mais importante da análise, além da consideração do meio físico como contínuo e uniforme e a sociedade como constituída por grupos com igualdade de acesso a bens e serviços, não se aplicando, desse modo, aos interesses da totalidade dos espaços dos países subdesenvolvidos.

Se o fator distância implica em redução ou ampliação do custo de transporte, a expansão da economia de mercado tem como um de seus objetivos primordiais, a redução ou eliminação de barreiras espaciais através de ações inovativas como construção de canais, vias férreas, auto-estradas, força elétrica, automóvel. Enfim, tudo que se move ou pode servir de infra-estrutura à mobilidade é ampliado. Isto libera as fricções do espaço enquanto impeditivas do lucro (HARVEY, 2004). Porém não libera para todos. O acesso aos bens passa pela capacidade de vencer barreiras financeiras, ou seja, é necessário ter

recurso para mover-se. Aqueles bens, até mais desejados, porém mais caros, normalmente são oferecidos, para a maioria da população, em lugares distantes.

Por outro lado, “[...] inovações paralelas no sistema postal, no telégrafo, no rádio, nas telecomunicações e na Internet levaram o custo da transferência de informação (se bem que não de infra-estruturas e terminais) para perto de zero” (HARVEY, 2004). Mais uma vez pode-se dizer que não para todos.

Outras críticas são dirigidas ao próprio resultado lógico da aplicação da teoria proposta para a organização do espaço, como a de Johnson, citado por Sposito: ‘a presença de um grande núcleo urbano tende a frear o crescimento das aglomerações menores e menos especializadas das proximidades, mesmo que se situem à distância correta’ (JOHNSON, 1974 *apud* SPOSITO, 2004). Aqui vale a pena destacar que Christaller tinha consciência dos limites da sua teoria. O que ele pretendia, antepondo a teoria aos dados empíricos, era apropriar-se de conceitos nos quais se apoiaria para analisar a realidade avançando na aplicação do método dedutivo e na pretensão de validar a teoria em sua lógica e coerência interna. Contrário ao método indutivo, ele perguntava até que ponto a realidade correspondia à teoria e não o inverso. De resto, aquilo que não pudesse ser explicado pela teoria se subordinaria ao método histórico-geográfico que ele pretendia ultrapassar (MENDONZA, 1988).

1.6. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos: a contribuição de Milton Santos

Preocupado em compreender as particularidades dos países subdesenvolvidos, Milton Santos (2004) revisitou não somente a teoria das localidades centrais, mas, também, a teoria dos pólos de desenvolvimento, de Perroux; da difusão de inovações, de Hagerstrand; do pólo e periferia, de Friedmann, dentre outras. O autor considerou que todas levavam em conta apenas o circuito superior da economia em suas análises.

No que concerne à teoria das localidades centrais ele foca sua crítica nos pressupostos de Christaller, abordando principalmente a noção de planície uniforme, com mobilidade total e a noção de igualdade de acesso dos consumidores aos mesmos bens e serviços. É refutando essas premissas que ele levanta a hipótese de que existem dois circuitos na economia urbana dos países subdesenvolvidos. Seu pressuposto básico é que “[...] cada circuito mantém um tipo particular de conexão com a área de influência da cidade [...]”, ficando à vontade para afirmar, contrariando a teoria de Christaller, que “[...] cada cidade tem duas áreas de influência”. A seletividade espacial, enfocada por Santos,

tem raiz nas modernizações tecnológicas e a diferenciação é provocada pela “[...] divisão territorial do trabalho e pelo processo de acumulação capitalista que produz e distingue espacialmente possuidores e despossuídos” (SPOSITO, 2004). São exatamente as diferenças nos níveis de consumo a causa e o efeito da existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo.

Em sua teorização, Santos (2004) dá muita importância à localização e, embutida nesta, à variável distância. Não no sentido de Christaller, no sentido da posição que o indivíduo ocupa no espaço e em função desta o seu nível de renda e suas condições de acesso a bens e serviços. Essas condições representam um atrito sócio-espacial. Ele inverte a função centralidade versus área de influência e coloca a posição do indivíduo como determinante do seu nível de renda. “Nos países subdesenvolvidos o potencial de consumo individual varia muito, porque o nível de renda é função da posição do indivíduo no espaço. Esta localização determina, por sua vez, a capacidade individual de produzir e de consumir” (SANTOS, 2003).

Numa perspectiva intra-urbana, Santos afirma que a metrópole existe para poucos; para alguns, ela é cidade regional; e para muitos, é apenas cidade local, dada a imobilidade à qual os pobres estão subordinados. “As pessoas incapazes de viajar por razões financeiras – conseqüentemente prisioneiras do mercado local têm de recorrer ao sistema de distribuição do circuito inferior. Esta condição de alguns faz com que o comércio não moderno seja, relativamente, mais importante no nível inferior” (SANTOS, 2003).

De acordo com Santos (2004), os circuitos, superior e inferior, formam redes complementares de diferentes extensões e funções. O circuito inferior se configura conectando pequenos centros urbanos através da oferta de bens e entre oferta e demanda destes bens. O circuito superior é descontínuo e liga centros urbanos de maior nível hierárquico que suprem as demandas de grupos sociais de maior poder aquisitivo.

Ainda contrapondo-se à lógica do espaço sem atrito, proposta por Christaller, Santos (2004) vai discutir a noção de seletividade espacial mais uma vez afirmando que esta deve incluir as diferentes temporalidades, no caso, as modernizações, que foram espacializadas em diversos períodos. Não se trata da utilização de um eixo de sucessões lineares, mas sim da corporificação de eventos que se sucederam, em cada momento e em cada contexto deixando marcas. Esta perspectiva introduz o conceito de formação socioeconômica como categoria de análise do espaço.

De acordo com Santos, a categoria formação socioeconômica “[...] nos ajuda a fugir das posições metodológicas que fragmentam a realidade e destarte conduz a uma análise

do espaço segundo uma problemática que privilegia a totalidade” (SANTOS, 1996). Não significa estudar o todo em si mesmo, o que é impossível, mas encontrar conexões contextuais entre o objeto e o todo, através de marcos históricos que, processualmente, mudaram o todo e afetaram as partes. Estas estão contidas num conjunto maior com o qual se relacionam. Como a totalidade está sempre em processo de totalização, ou seja, está sempre se refazendo, é necessário considerar que as mudanças envolvendo o global agem sobre o local e vice-versa. Para Santos, como já foi assinalado, há nas cidades dos países subdesenvolvidos dois fluxos econômicos que se dão em sistema. “Cada um desses fluxos é um sistema do sistema global que a cidade em si representa” (SANTOS, 2004).

De acordo com Sposito (2004), Santos descarta a possibilidade de uma interpretação dualista do espaço pela sua teoria. Para ele trata-se de bipolarização e não dualismo tendo em vista que os dois subsistemas são produtos ‘de uma só e mesma articulação causal’, identificada como modernizações tecnológicas.

Para Santos, as tendências de modernização tecnológicas contemporâneas são “controladas pelo poder da indústria em grande escala, basicamente representada pelas firmas multinacionais, pelo peso esmagador da tecnologia que dá à pesquisa um papel autônomo dentro do sistema e por alguns dos seus suportes, tais como as modernas formas de difusão da informação” (SANTOS, 1979 *apud* SPOSITO 2004).

1.7. Caracterização dos dois circuitos

O circuito superior é caracterizado pelo comércio varejista moderno, a indústria e o comércio de exportação; pelos bancos, funcionando como “elo” facilitador da exportação de divisas originárias dos países subdesenvolvidos. O circuito superior também é reconhecido pela sua dependência ao setor externo representado pelas multinacionais e seus conglomerados. Em síntese: a definição do circuito superior é dada por “[...] capital abundante; tecnologia mais avançada na produção; exportação dos produtos acabados; organização bem burocratizada; assalariamento de toda força de trabalho; e grande estocagem de produtos” (SPOSITO, 2004). Acrescente-se, ainda, a ocupação de amplas áreas de solo urbano e especulação de áreas onde o preço do solo é baixo (*id.*).

Já no circuito inferior encontram-se as situações de subemprego, não-emprego ou terceirização. Este circuito abarca toda a pobreza existente no campo e na cidade, gerando explorados e oprimidos, não se podendo dizer que são econômica e politicamente marginais. No dizer de Santos, é original e complexo, compreendendo ‘a pequena produção manufatureira, freqüentemente artesanal, o pequeno comércio de uma

multiplicidade de serviços de toda espécie, cujas unidades de produção e de comércio, de dimensões reduzidas, trabalham com pequenas quantidades' etc. Há uma dependência deste circuito em relação aos 'intermediários' representados por atacadistas e transportadores (SPOSITO, 2004).

Santos afirma ainda, segundo Sposito, que “[...] o trabalho é o fator essencial no circuito inferior, quando no circuito superior é o capital”. Para Santos, “[...] a dialética espacial entre os dois circuitos seria representada ‘pela conquista de mercado e o domínio do espaço’ “representada” ‘pela tendência do circuito superior a unificar totalmente o mercado e do circuito inferior a reclamar uma parte na organização do espaço e a se colocar em concorrência com o circuito superior” (SPOSITO, 2004).

A interpretação dos dois circuitos na rede de localidades centrais se dá através do alcance espacial mínimo e máximo. Para se compreender isto é necessário considerar três níveis hierárquicos de centros: a metrópole, a cidade intermediária e a cidade local. Para as cidades locais o limiar é apenas “hipotético” quando se trata de atividades do circuito superior. Como ele não poderá ser atingido, a produção e a comercialização são dominadas pelas cidades de nível superior. Mas, Santos pergunta: “[...] é possível identificar apenas um limiar quando a cidade é formada por dois subsistemas associados a dois setores da população?” E acrescenta: “[...] a verdadeira dialética entre o circuito superior e o circuito inferior se dá em nível local, visto que o circuito inferior se dá em nível local” (SANTOS, 2004).

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior exigência em relação à explicitação clara dos sentidos, critérios e natureza dos conceitos científicos constitui uma contribuição importante das preocupações lógico-positivistas à seara geográfica. A preocupação com a formulação de teorias capazes de responder aos grandes desafios do mundo contemporâneo impulsionou os geógrafos a construir modelos normativos, a usá-los na análise espacial ou locacional. A Geografia incorporou novas linguagens oriundas da Matemática, da Geometria e da Probabilidade e se aproximou da Economia Espacial.

A *New Geography* busca uma nova forma de interferir na organização do espaço. Por isso, o espaço geográfico torna-se uma construção do pesquisador, que não ressalta muito nem os fatores físicos, nem os genéticos. Os estudos adotam a idéia de correlação entre fatores sócio-econômicos e partem em busca das tendências que poderiam explicar a sua melhor distribuição. O impulso teórico representa uma preocupação com a maior eficiência

da distribuição dos fenômenos no "sistema" sócio-econômico, uma articulação dos trabalhos geográficos ao planejamento oficial e a estruturação de uma nova agenda de pesquisa.

Entretanto, a realidade histórica se sobrepõe às construções e modelos teóricos. A simplificação da realidade em relação tanto às variáveis ambientais quanto aos aspectos culturais provocou o não êxito ou a inadequação de muitas tendências propagadas pela perspectiva lógico-empiricista da geografia. O fluir da realidade, as transformações nas concepções e práticas científicas dissolvem consensos, conduzindo a novas aproximações de áreas distintas da ciência e a novos e/ou rivais pressupostos teóricos. Enfim, a reflexão epistemológica e contextual é um exercício sempre atual e imprescindível.

3. REFERÊNCIAS

BARROS, N.C.C. de. 2003. Ensaio sobre renovações recentes na Geografia Humana. **Revista Mercator**. Ano 2. n. 4, p. 7-18.

_____. 1993. **Geografia Humana: uma introdução às suas idéias**. Recife: Editora Universitária da UFPE. 133p.

BECKER, B. 1978. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 1, n. 40, p. 111-122.

BRADFORD, M.; KENT, W. 1987. Teoria dos Lugares Centrais: o modelo de Christaller. In: _____. **Geografia Humana: teorias e aplicações**. Lisboa: Gradiva. p. 17-25.

BRADFORD, M.; KENT, W. 1987. A análise evolutiva: o modelo de Taaffe, Morrill e Gould. In: _____. **Geografia Humana: teorias e aplicações**. Lisboa: Gradiva. p. 150-151.

CHRISTOFOLETTI, A. 1985. A característica da nova geografia. In: _____ (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, p.71-96.

CLAVAL, P. 2002. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.C; KOZEL, S. (Orgs.) **Elementos de Epistemologia e as concepções atuais da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, p. 11-43.

CLARK, D. 1985. **Introdução à Geografia Urbana**. Tradução Lúcia Helena O. Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. São Paulo: DIFEL. 286p.

CORRÊA, R.L. 1997. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 304p.

GOMES, P.C. da C. 1995. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. 1995. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 49-78.

GRIGG, D. Regiões, modelos, classes. 1974. In: HAGGET, P.; CHOLEY, R.J. (Orgs.). **Modelos Integrados em Geografia**. São Paulo: EDUSP/Livro Técnico. p. 23-66.

HAESBAERT, R.; HAESBAERT, R. 1990. Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade. **Terra Livre**. v. 7, p. 63-92.

HAGGET, P.; CHOLEY, R.J. 1974. Modelos, paradigmas e a nova Geografia. In: _____. (Orgs.). **Modelos Integrados em Geografia**. São Paulo: EDUSP/Livro Técnico. p. 1-22.

HARVEY, D. 2004. **Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral Maria Stela Gonçalves. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 349p.

MANZAGOL, C. 1985. Teorias clássicas. In: _____. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: DIFEL. p. 15-98.

MENDOZA, J.G.; JIMÉNEZ, J.M., CANTERO, N.O. 1988. Walter Christaller - os lugares centrais do sul da Alemanha: Introdução. In: _____. **El Pensamiento Geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)**. Tradução ENDLICH, A.M. 2ª ed. Madrid: Alianza Editorial. p. 395-401.

RAFFESTIN, C. 1993. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ed. Ática. 269p.

SANTOS, M. 1996. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. Tradução Sandra Lencioni. 4ª ed. São Paulo: Hucitec. 113p.

_____. 2003. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. Tradução Maria Irene de Q.F Szmrecsányi. 2ª ed. São Paulo: EDUSP. 204p.

_____. 2004. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2 ed. Tradução Viana, M.T.R. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 433p.

SCHAEFER, F. 1977. Excepcionalismo em Geografia: um estudo metodológico. Tradução J. MCPHERSON. **Boletim de Geografia Teórica**. v. 7, n. 13, p. 5-37.

SPOSITO, E.S. 2004. Teorias. In: _____. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP. p. 171-193.